

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPUS CERRO LARGO

FABIANO MONTICELLI PISONI

COOPERFUMOS DO BRASIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM SANTA CRUZ DO SUL.

CERRO LARGO – RS

2013

FABIANO MONTICELLI PISONI

**COOPERFUMOS DO BRASIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM SANTA CRUZ DO SUL.**

Cerro Largo, agosto de 2013.

Herton Castiglioni Lopes
Doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientador

BANCA EXAMINADORA

Ari Söthe
Mestre pela Fundação Universidade Regional de Blumenau

Dionéia Dalcin
Doutoranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Patrícia Marasca Fucks
Mestre pela Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO

O trabalho apresenta o objetivo de analisar a contribuição da assistência técnica e extensão rural desenvolvida pela Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil de Santa Cruz do Sul Ltda para o desenvolvimento rural da região. A cooperativa está executando projeto de diversificação da produção em áreas cultivadas com tabaco em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, contribuindo para a sustentabilidade das áreas rurais. Trata-se de um estudo de caso, reunindo-se, a partir dos documentos da cooperativa, informações sobre as práticas de ATER da Cooperfumos. Ao mesmo tempo, também fez um levantamento junto aos agricultores e técnicos de ATER da Cooperfumos. Os resultados apontaram que as ações da ATER desenvolvida proporcionaram caminhos alternativos para a diversificação da produção.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural, ATER, Diversificação da produção.

ABSTRACT

The work aims to analyze the contribution of technical assistance and rural extension developed by the Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil Ltda Santa Cruz do Sul for rural development in the region. The cooperative project is running production diversification in tobacco cultivated areas in partnership with the Ministry of Agrarian Development, contributing to the sustainability of rural areas. This is a case study tringing together documents of the cooperative, information about the practices of the ATER Cooperfumos. At the same time, also made a survey that the actions of developed ATER provided alternative ways to diversify production.

Keywords: Rural Development, ATER, diversity production.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

COOPERFUMOS – Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil Ltda.

CPC – Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa do Rio Grande do Sul

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento

CQTC - Convenção Quadro de Controle do Tabaco

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FETRAF-SUL – Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores;

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OMS - Organização Mundial da Saúde

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PJR – Pastoral da Juventude Rural

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa de fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
2. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E A QUESTÃO DO TABACO....	9
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	9
2.2 ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL	14
2.3 A SITUAÇÃO DO TABACO E A CONVENÇÃO QUADRO DE CONTROLE DO TABACO	16
3. METODOLOGIA.....	20
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	20
3.2. FONTE DE COLETA DOS DADOS	21
3.3 ANÁLISE DOS DADOS	21
4. ATER E AS PRÁTICAS DA COOPERFUMOS DO BRASIL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	22
4.1 CONSTATAÇÕES ACERCA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL	22
4.2 AÇÕES DA COOPERFUMOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO	25
4.2.1 O papel do Centro de Formação e Produção de Alimentos e Energias São Francisco de Assis	25
4.2.2 A prática de ATER da COOPERFUMOS a partir do Programa Nacional de Diversificação da Cultura do Tabaco.....	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

A produção de fumo no Sul do Brasil é desenvolvida através do sistema de integração entre indústrias e fumicultores. Este sistema é adotado pelo conjunto das empresas fumageiras, ofertando os insumos (sementes, fertilizantes, venenos) como adiantamento, além do financiamento da construção das estufas.

O sistema integrado das fumageiras prevê a assistência técnica aos agricultores para a produção de fumo. Em contrapartida, os produtores garantem a venda integral e exclusiva da produção à integradora, através de contrato de compra e venda do fumo em folha.

Com isso, observamos que a assistência técnica oferecida é unicamente direcionada para o cultivo do fumo, de forma a atender os interesses das indústrias tabagistas.

Embora o tabaco constitua-se em uma importante fonte de renda para milhares de famílias de agricultores da região Sul do Brasil, há muitos problemas relacionados ao cultivo do tabaco. Entre estes, pode-se citar o tabagismo, o uso de venenos que conseqüentemente causa diversos impactos ambientais, bem como o empobrecimento das famílias, penosidade do trabalho, doenças associadas à atividade produtiva, além do elevado índice de suicídios, decorrentes das frustrações na produção e possíveis intoxicações. (DESER, 2003).

Com a intenção de diminuir os problemas causados pelo cultivo e consumo do tabaco, o Brasil ratificou sua participação na Convenção Quadro de Controle do Tabaco proposta na assembleia da Organização Mundial da Saúde. Com isso, o governo federal por intermédio do Ministério de Desenvolvimento Agrário lançou o Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco com o objetivo de apoiar os agricultores fumicultores na busca de novas oportunidades produtivas e geradoras de renda (MDA, 2010).

O documento da CQCT prevê que os países deverão dar apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de alternativas economicamente viáveis, principalmente para os fumicultores. A partir do programa de diversificação em áreas cultivadas com tabaco e com as mudanças ocorridas na Lei de ATER em 2009, o MDA abriu chamada pública para seleção de entidades para a prestação de serviços de ATER para famílias produtoras de tabaco. A

COOPERFUMOS é uma das entidades que está prestando este tipo de serviço na região de Santa Cruz do Sul.

O objetivo da cooperativa é diversificar a cultura do tabaco, possibilitando que estas famílias de camponeses introduzam outras culturas (milho, feijão, mandioca entre outros), como forma de não depender somente do tabaco como renda para a unidade de produção, além incentivar para que as mesmas retomem o hábito de produzir sua própria alimentação (COOPERFUMOS, 2011).

Diante do exposto, o trabalho procura responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais práticas de ATER estão sendo desenvolvidas pela COOPERFUMOS do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS com vistas a promover o desenvolvimento sustentável na sua região?

Como objetivo geral procurou-se identificar a contribuição da ATER para o desenvolvimento rural sustentável na região de abrangência da COOPERFUMOS do Brasil. Já como objetivos específicos, procura-se analisar a mudança na concepção de ATER ocorrida ao longo dos últimos anos, analisar as práticas de ATER desenvolvidas pela COOPERFUMOS e observar se as práticas têm contribuído para o desenvolvimento sustentável da região a partir da nova concepção de ATER.

Para atingir aos objetivos propostos, realizou-se um estudo documental na Cooperativa reunindo-se informações sobre suas ações de ATER e uma coleta de informações junto aos técnicos e produtores que recebem assistência da cooperativa. Ou seja, foram realizadas entrevistas junto a equipe técnica e agricultores, bem como o acompanhamento do processo de execução do projeto.

Em termos de estrutura, o primeiro capítulo será destinado para uma breve discussão sobre desenvolvimento rural, retratando o papel do Estado frente a criação e a condução das políticas públicas, especificadamente às voltadas para o meio rural e tendo em vista o desenvolvimento sustentável. Na sequência faz-se uma análise da situação do tabaco e as ações que prevê a Convenção Quadro de Controle do Tabaco. No segundo capítulo, será apresentada a metodologia de pesquisa. O terceiro capítulo discute as mudanças ocorridas na Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil nos últimos anos. Na sequência apresenta-se o Centro de Formação e Produção da COOPERFUMOS como espaço estratégico de promoção do desenvolvimento rural sustentável na região, por fim são analisadas as ações de ATER para a diversificação de áreas cultivadas com tabaco, assim como apresentados os resultados da aplicação do levantamento feito junto aos camponeses e equipe técnica.

2. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E A QUESTÃO DO TABACO

Neste capítulo serão abordadas questões referentes aos modelos de desenvolvimento rural, tendo como marco divisor a Segunda Guerra Mundial até os dias atuais, buscando relacionar estas questões com o campo, no Brasil. Em seguida faz-se uma reflexão sobre o papel do Estado frente a criação e a condução das políticas públicas, especificadamente às voltadas para o meio rural. Na sequência, apresenta-se a situação do tabaco na região e as ações que prevê a Convenção Quadro de Controle do Tabaco.

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O termo “desenvolvimento” no Brasil está ligado à ideia de modernidade e transformação, sendo um elemento fundamental do discurso republicano, criando uma certa concepção de país a ser construído, pois de acordo Caio Prado Junior, (1998) ainda não somos uma nação.

Para tanto a terminologia de desenvolvimento, pode ser caracterizado de diversas formas, de acordo com a concepção de mundo de cada indivíduo que analisa. Isso não quer dizer que todos estão corretos em suas análises.

Podemos dizer que um dos percussores, ou seja, criadores e fomentadores do que de modo geral se compreende por desenvolvimento, foi os norte americanos. Gustavo Esteva *apud* Sachs (2000) retrata que:

[...] os norte-americanos queriam algo mais. Precisavam deixar totalmente clara sua nova posição no mundo. E queriam consolidar essa hegemonia e torná-la permanente. Para isso, formularam uma campanha política, em nível global, que claramente levava sua marca. [...] Criaram o termo desenvolvimento (ESTEVA *apud* SACHS, 2000. p. 59).

No entanto a onda e a concepção de desenvolvimento se tornou conhecida e usada pelo seu lado econômico financeiro que se caracteriza por um velho chavão – os países desenvolvidos são os mais ricos e os que mais possuem tecnologias, os países

subdesenvolvidos são os mais pobres ou atrasados. Esta distorção que ocorreu na história faz o desenvolvimento sempre estar ligado a seguinte concepção:

O desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criada: crescimento, evolução, maturação. Na mesma forma, os que hoje usam a palavra não conseguem libertar-se de uma teia de significados que causa uma cegueira específica em sua linguagem, pensamento e ação. Não importa o contexto no qual ela esta sendo usada, ou a conotação precisa que o usuário queira lhe dar, a expressão, de alguma maneira, torna-se qualificada e colorida com outros significados que provavelmente não eram desejáveis. A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um do simples para o complexo do inferior para o superior, do pior para o melhor (ESTEVA apud SACHS, 2000. p. 64).

Contudo, no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, consolida-se um novo modelo de agricultura, com o nome de Revolução Verde¹, onde se instalou, um padrão agroquímico para a agricultura, alicerçado há um tripé: extensão rural, pesquisa agrícola e crédito rural.

Este tripé teve seu auge no início da década de 1960, quando a agricultura brasileira estava passando por um processo de mudança e transformações, principalmente na base técnica, conforme Delgado (1985, p.19):

[...] com a consolidação integrada do denominado complexo agroindustrial brasileiro – CAI. Esta mudança significa que a agricultura tornou-se crescentemente menos dependente do laboratório natural da terra e da força de trabalhos rurais, e simultaneamente mais articulada, por um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, e por outro, com a indústria processadora de produtos naturais.

Com os complexos agroindustriais consolidados e a criação, pelo Governo Federal, da EMBRAPA com a finalidade de realizar pesquisas para melhorar a produtividade e nutrição dos alimentos, e a EMBRATER e conseqüentemente em cada estado brasileiro as EMATER, como papel de prestar “assistência” aos camponeses/as, levando tecnologias, e conseqüentemente acesso ao crédito, como forma dos mesmos conseguirem acessar as novas tecnologias (Caporal & Costabeber, 2007).

Todo este processo de modernização e agroindustrialização da agricultura foram marcados, ao longo de sua evolução, por um determinado conceito de desenvolvimento, que prima por uma agricultura competitiva que necessita, constantemente, de intervenções por parte do poder público, no sentido de assegurar os preços dos produtos produzidos pelo agronegócio. (Caporal & Costabeber, 2007).

¹ Conforme Campos (1993, p. 41), A Revolução Verde era um projeto do grupo Rockefeller. A Revolução Verde consistia numa intensa campanha de incentivo à utilização de máquinas, fertilizantes, herbicidas, sementes selecionadas, enfim de todos os insumos de alta tecnologia que seriam capazes de fazer o Brasil produzir muito mais e com maior qualidade. Além disso, incentivava-se, também, a produção de produtos cuja demanda internacional estivesse alta, como era o caso do trigo neste período.

Com esse modelo de desenvolvimento, dois grupos sociais no campo tomam destaque no cenário nacional. De um lado, a agricultura patronal, defendendo o agronegócio, que reproduz no país uma agricultura embasada na monocultura e no latifúndio, que gera degradação ambiental, exploração do trabalho agrícola, exclusão social e concentração de terra e de renda. Tendo sua matriz produtiva fortemente baseada na “Revolução Verde”, que ignora os conhecimentos locais tradicionais, e se orientam pela ciência, resultando no desperdício de energia não renováveis e grandes investimentos não rentáveis. De outro lado, encontra-se a Agricultura Camponesa que, apesar de sofrer perdas de renda e terra, e ter dificuldades de acesso aos benefícios das políticas públicas, procura estabelecer sistemas de produção diversificados, focados principalmente na produção de alimentos para o autoconsumo, valorizando o trabalho da família camponesa, como coloca Abramovay, que:

O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. E estas não se confundem forçosamente com as necessidades de uma empresa. O trabalho será tanto mais valorizado quanto mais distante se estiver deste objetivo (1998, p. 61).

O que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar (1998, p. 62).

Percebe-se, assim, que a família camponesa tem a propriedade como um espaço de reprodução de sua própria existência, ou seja, é neste espaço que se constitui a relação da família camponesa com a comunidade e com o mercado local. Enfim, é neste espaço que se constitui a identidade camponesa da família e dos próprios filhos que, com o passar do tempo, vão recebendo responsabilidades dentro da propriedade da família, da qual passam a ter o espaço da propriedade rural e a vida no campo, como um local para constituir sua própria família.

Isto é reforçado quando Kroeber e Redfield citados por Abramovay, dizem que o camponês é:

[...] quem tem ao menos estas características em comum: sua agricultura está voltada para a manutenção [*their agriculture is a livelihood*] e é um modo de vida e não um negócio visando lucro [...] vê-se um camponês como um homem que tem o controle efetivo de um pedaço de terra ao qual se encontra ligado há muito tempo por laços de tradição e sentimento (KROEBER e REDFIELD 1956/1960, p. 18 *apud* ABRAMOVAY 1998, p. 108).

Com isso percebemos a diferença que há entre estes grupos sociais, onde um luta pela sobrevivência da família, a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais e outros que degradam o meio ambiente e concentram renda e terra. Quando nos referimos ao campesinato, estamos falando de uma identidade política, com suas peculiaridades próprias,

não trabalhamos com uma categoria que queira dar conta de toda a população rural, mas sim, com os envolvidos nessa construção cultural, política e ambiental.

Desta forma, pode-se considerar dizer que o camponês é aquele que:

[...] vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar de ciência (MOURA, 1986, p. 09).

Estes saberes dos camponeses foram manipulados pelas multinacionais, bem como pelos extesionistas com o objetivo de repassar as novas técnicas de plantio, principalmente monocultoras, fazendo com que os camponeses deixassem de lado seus conhecimentos tradicionais. Assim, o atual modelo de desenvolvimento capitalista transmite à sociedade que a maneira de perceber as transformações da natureza é atrasada, e conseqüentemente que o campesinato é um atraso para o desenvolvimento capitalista.

Diante disso, outro tipo de desenvolvimento tem sido pensado, e para que o mesmo possa atender toda a população, devemos considerar o que Sachs, quando cita Becker, que:

Um novo tipo de desenvolvimento deve procurar a harmonia da sociedade com a natureza. Em ausência, a imbricação dos fenômenos de degradação ambiental e de decadência social levará fatalmente ao mau desenvolvimento. Numa ótica proativa, um outro desenvolvimento não é apenas um critério de avaliação da trajetória da história, mas também um conceito normativo orientado para o futuro, procurando conhecer as estratégias de transição escalonadas em várias décadas, que permitem passar do círculo vicioso do mau desenvolvimento social e de degradação ambiental para o círculo virtuoso do desenvolvimento que responde à racionalidade socioecológica (SACHS; BECKER, 2000, p. 165).

Com isso, a construção de uma proposta de desenvolvimento para o campo, deve levar em consideração o que a população local necessita, sendo a mesma a construtora e coordenadora destas mudanças no local onde vivem, seja através do engajamento em Movimentos Sociais do Campo² ligados a Via Campesina, ou até mesmo em associações, cooperativas, ou até mesmo em iniciativas de produção coletivas informais.

Nesta perspectiva, o conceito de desenvolvimento local pode ser considerado como o que melhor traduz esta realidade, conforme De Jesus (2003), desenvolvimento local é:

[...] um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas, habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favorecem mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de

² Movimentos Sociais que compõem a Via Campesina: MST, MPA, MAB, MMC, PJR.

vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais (DE JESUS, 2003, p. 72).

Nesta conceituação, as indicações de esforço local e articulação são expressões sinalizadoras de participação social no processo de desenvolvimento. Nesta perspectiva, é necessário incorporar neste modelo de desenvolvimento as ideias de coletivo e participação. Conforme Furtado, isto é possível quando:

[...] a capacidade criativa do homem se volta para a descoberta de suas próprias potencialidades, quando se empenha em enriquecer o universo de que participa, que cabe falar em desenvolvimento, o qual somente se efetiva quando a acumulação conduz à criação de valores que se difundem na coletividade (FURTADO, 1995, p. 5).

Mas para que estas mudanças aconteçam, Carvalho (2005), em sua obra, coloca que:

Para um processo de transição da situação atual de dependência e de subalternidade do campesinato aos valores econômicos e sociais dominantes para uma nova situação desejável de democratização da renda e da riqueza no campo se requererá não apenas uma nova compreensão teórica do campesinato que permita melhor situá-lo no âmbito de uma sociedade capitalista, mas mudanças estruturais profundas que democratizarão a posse e o uso da terra. Ademais, deverão ocorrer mudanças nos modelos de produção e tecnológicos que facilitem, ao mesmo tempo, um novo modo de apropriação da natureza e um outro perfil do hábito de consumo familiar de bens e serviços, inclusive aqueles diretamente relacionados com o processo de trabalho ou com as rotinas de trabalho. (CARVALHO, 2005, p. 374).

Desta forma, a proposta de desenvolvimento para o campo que se acredita não pode ser impulsionado pelo atual sistema econômico da forma que é. Ele tem a necessidade de analisar a realidade das comunidades rurais envolvidas nesse espaço territorial, numa visão holística (Carvalho, 2005). Onde os agentes de desenvolvimento e as pessoas do meio rural devem estar em sintonia de propósitos, para que os passos a serem seguidos, respeitem e contemplem os desejos das partes inseridas neste processo de transformação.

Além do mais, uma proposta de desenvolvimento para o campo, deve ter por base a agroecologia, como é colocado por Gliessmann (2001):

A agroecologia proporciona conhecimento e a metodologia necessária para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e a sua aplicação. Valoriza o conhecimento e a sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade [...] por um lado a agroecologia é um estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é o agente para as mudanças ecológicas complexas que tenham necessidades de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável. (GLIESSMANN, 2001, p. 54 e p. 56).

Pode-se considerar que o desenvolvimento rural é um processo de transformação global que resulta em melhoria de qualidade de vida, obtida através da participação

organizada, consciente e capaz dos camponeses e das camponesas resolverem seus problemas e conseqüentemente intervirem na sua realidade.

Para tanto, é necessário levar em conta que desenvolvimento rural é também um processo de participação. Brum (1982) coloca que:

Desenvolvimento é fundamentalmente um processo endógeno, contínuo, autônomo e autossustentado, sem preocupação hegemônica. Ocorre de dentro para fora. Acontece dentro e a partir das pessoas e da sociedade. Só é efetivo na medida em que existe efetiva participação de cada pessoa e da sociedade toda em todas as fases do processo [...]. Neste processo passam-se progressivamente de condições existenciais menos humanas para condições mais humanas, quer para as pessoas individualmente que para a sociedade como um todo (Brum, 1982, p. 199).

Portanto, um processo de desenvolvimento conforme Brum (1982) para servir aos interesses dos sujeitos de determinada realidade, só se efetivará se houver a participação dos mesmos em todo o processo, desde a discussão até a sua implementação. Neste processo se elevará as condições de vida dos sujeitos, contribuindo para a elevação dos níveis de consciência.

2.2 ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL

As políticas públicas são uma forma, ou maneira em que o governo intervém em um determinado setor da sociedade. Ou ainda, a maneira que venha atingir uma determinada classe ou categoria de pessoas, a fim de auxílio, regulação, proteção, ou até expansão dos direitos e deveres dos cidadãos. Assim as políticas públicas são uma forma do Estado auxiliar as pessoas a obterem algumas condições de vida, que por conta própria, com suas possibilidades financeiras não conseguiriam alcançar. As políticas públicas surgem “como resposta do Estado às demandas da sociedade e de si mesmo, concretizando direitos sociais declarados e garantidos em lei, fundamentados no direito coletivo.” (CARVALHO, 2005, p. 341).

As políticas públicas são intervenções do Estado sobre a população, medidas tomadas que muitas vezes são destinadas a um determinado setor que é o “alvo” onde estas influências irão ser mais percebidas, atingindo um grupo ou classe de pessoas. No setor agropecuário³ existem várias políticas públicas que o influenciam. Entre elas, podemos destacar algumas, conforme coloca Bacha (2004, p. 14):

³ Setor agropecuário segundo Bacha (2004 p. 14), é “o grupo de atividades que usam a terra como fator de produção, seja para o plantio de culturas, para a criação de animais, o plantio de florestas, a aquicultura, por exemplo.”.

- Políticas de Preço Mínimo; criada para minimizar as flutuações de preços recebidos pelos produtores rurais. Desde 1943, esta política garante aos produtores rurais um preço mínimo dos produtos, para que na hora de comercializar os produtos não ocorra prejuízos, por causa de seus preços estarem a baixo do custo de produção. O governo através desta política garante a compra dos produtos por um preço mínimo estabelecido.
- Política de Seguro Rural; criada partindo do pressuposto de que os prejuízos para os produtores não vêm somente dos preços baixos (esta política de preços mínimos já trabalha para não deixar que ajam prejuízos), mas também causados por flutuações de produtividade em decorrência de fatores climáticos. Em 1954 foram dados os primeiros passos para se criar estes instrumentos, onde os produtores rurais pagavam a uma empresa terceirizada uma certa quantia para ter direito a um montante em caso de adversidades climáticas. A partir de 1979 este programa passou também a cobrir esta parcela de produtores. Mas historicamente são poucos os produtores que acessam este programa por causa de seu alto custo.
- Políticas de Crédito Rural; esta política é um instrumento que leva aos produtores rurais crédito a juros mais baixos dos que vigem no mercado. Os primeiros passos desta política deram-se em 1935. Hoje contamos basicamente com três tipos de crédito: o crédito custeio, investimento e o de comercialização. A principal ideia do crédito rural é de fornecer aos produtores rurais, crédito a juros mais baixos do que o preço de mercado, para justificar isto, usa-se o argumento do que os agricultores não podem fixar preços na hora do plantio e correm o risco de no momento da comercialização, de o preço estar baixo, ou não obter produtividade por decorrência climáticas e não conseguir obter lucros.
- Políticas de Pesquisa e Extensão Agropecuária: Segundo Bacha, (2004, p. 79), Na execução destas políticas, tem se a atuação das esferas públicas (governo federal, estaduais), e de iniciativa privada [...] As políticas públicas de extensão agropecuária e de pesquisa, surgem de decisões da política fiscal que geram órgãos prestadores de serviços específicos à agropecuária. Desse modo, a dinâmica das pesquisas e extensão agropecuárias públicas é afetada pelas decisões dos governos sobre seus gastos com esta atividade.

Com isso, percebemos que existem várias formas de políticas, diretamente ou indiretamente acabam afetando a agricultura, mas dentro do setor agropecuário, existem políticas que são diferenciadas, quando tratamos de grandes latifúndios de terra versus a agricultura familiar ou a camponesa. Esta diferenciação é ocasionado pelas forças de cada uma das categorias, para isso é necessário que o estado estabeleça parâmetros, para que os agricultores familiares ou camponeses possam minimamente sobreviver, com sua produção e formas de cultivar a terra.

Conforme Brose (1999, p. 59) “na história moderna o desenvolvimento da agricultura foi e é condicionado pelas intervenções das políticas públicas”. O estado assume um papel importante no sentido de ficar atento para garantir a sobrevivência do setor. Brose (1999) coloca que:

Enquanto a agricultura familiar no país se dedica prioritariamente à produção de alimentos básicos (mandioca, feijão, arroz de sequeiro) ou insumos básicos (milho) que tem baixo preço de mercado, baixa rentabilidade, pouco valor agregado e recebem poucos estímulos, assistência técnica e pesquisa, a agricultura patronal se especializou em produtos de mercado, matérias primas com estímulos oficiais (cana, borracha), alimentos de alto valor (leite B, camarão) ou produtos de exportação (uva, manga, laranja, cacau), que possibilitam agregação de valor, recebem muitos estímulos, assistência e pesquisa (BROSE, 1999, p. 60).

Desde o descobrimento do Brasil, esta diferenciação existe, sendo que as decisões de quais políticas públicas serão desenvolvidas, depende das correlações de forças, entre os grandes proprietários e os camponeses. Brose (1999), nos fala sobre isto:

[...] as políticas agrícolas atingem os produtores de forma diferenciada, o que faz com que a representação política do setor na mão dos produtores patronais não inclua os interesses familiares (BROSE, 1999, p. 60).

Tornando a diferenciação de condições entre estas categorias cada vez maiores, impossibilitando que haja um emparelhamento de condições de vida, de poder de decisões, tornando a sobrevivência dos camponeses no campo um desafio muito difícil de ser superado.

Desta forma, considera-se que o papel do Estado frente as políticas públicas voltadas para o campo, acaba sendo de mediador de conflitos, sendo mais favorecidos quem está mais articulado e organizado. Portanto, o Estado cumpre um papel fundamental na promoção do desenvolvimento rural como interventor das políticas públicas.

2.3 A SITUAÇÃO DO TABACO E A CONVENÇÃO QUADRO DE CONTROLE DO TABACO

O cultivo comercial do tabaco teve origem na colônia inglesa de Virgínia, na América do Norte, que possuía solo e clima ideais para a cultura. Na África a cultura do tabaco se espalhou rapidamente a partir de postos e províncias costeiras, constituindo-se logo em moeda na compra de escravos (DESER, 2003).

Foi com as guerras na Europa que o consumo do tabaco e a introdução de novos tipos de cigarros e derivados tiveram sua maior expansão. Mas, foi a partir das duas Grandes Guerras que o uso do cigarro cresceu mais. Os milhares de homens que lutaram na Europa chegaram, na sua maioria, não fumantes e quando voltaram para seus países, eram fumantes. A partir daí, os filmes e a propaganda transformaram o hábito de fumar em um fenômeno de moda. (DESER, 2003).

Nas três primeiras décadas do século XX, assistiu-se a concentração da produção agrícola e industrial, sobretudo, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com a chegada dos imigrantes europeus, principalmente os alemães e italianos, com ênfase particularmente nas colônias de São Leopoldo e Santa Cruz do Sul. Em Santa Cruz do Sul, está localizado o maior polo nacional de beneficiamento do fumo. Na década de 80, aproveitando-se de alterações no rearranjo do mercado internacional de fumo e contando com

incentivos governamentais, o Brasil tornou-se um dos grandes produtores mundiais e, desde 1993, o maior exportador de fumo do mundo em volume de produção (DESER, 2003).

Com isso, podemos destacar que a Região Sul do Brasil é a maior produtora de fumo do país, chegando a 94,4% do total da produção brasileira, conforme dados do IBGE – Censo Agropecuário de 2006, das 113.537 mil propriedades que produzem tabaco na região sul, o Rio Grande do Sul é o maior produtor, com 61.941 mil propriedades, chegando a 48,8% do número de propriedades produtoras de fumo no Brasil. Em segundo lugar está Santa Catarina, com de 30.922 mil propriedades e o Paraná com 20.674 mil propriedades (AFUBRA, 2013).

Em relação ao número de famílias produtoras de tabaco na região sul do Brasil, conforme dados da AFUBRA⁴ (2011/12) são 165.170, destas 41.270 são famílias sem terra, que para produzirem arrendam ou trabalham por regime de parceria. Segundo ainda dados da AFUBRA os agricultores “encontram, nesta parceria, uma forma digna de se integrarem e permanecerem no meio rural”. Isto fato de certo modo permite a permanência, mas não permite que estes agricultores possam se organizar e buscar a terra, seja ela através do crédito fundiário ou pela reforma agrária. Além de que em muitos casos impossibilita o acesso a políticas públicas por não ter posse da terra.

O sistema de produção do tabaco é basicamente familiar, segundo dados da AFUBRA (2010) o tamanho médio das famílias produtoras é de 4,7 membros, sendo que 2,9 trabalham na produção. E a média de área cultivada é de 2,6 hectares com fumo por família no Sul do Brasil. Desde o início do cultivo do tabaco em escala comercial, a prática de seu cultivo é familiar por se tratar de uma atividade que necessita de grande quantidade de mão-de-obra, geralmente disponível nas famílias de camponeses. Este modelo foi encampado e aperfeiçoado pelas indústrias há mais de 80 anos e deu origem ao que chamamos de sistema integrado (DESER, 2003).

Um dos principais instrumentos utilizados pelas indústrias para ter o controle total da cadeia produtiva do fumo é o fornecimento de assistência técnica. Neste caso, contratam e treinam técnicos (os chamados instrutores ou orientadores) para executar todas as políticas determinadas pelas indústrias, seja no acompanhamento da produção, na comercialização do fumo e até mesmo nas assinaturas de contratos juntos às indústrias (DESER, 2003).

O uso e consumo de agrotóxicos, conforme o Sinditabaco⁵, nos anos 90 utilizava-se, em média, 5,7 kg/ha. Atualmente utiliza-se menos de 1,1 kg/ha. As pesquisas de novas

⁴ AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil. Disponível em <http://www.afubra.com.br/> Dados da distribuição fundiária (2011/ 2012) acessado em 22 de junho de 2013.

⁵ Sindicato da Indústria do Fumo: <http://www.sindifumo.com.br/> acessado em junho de 2013.

tecnologias realizadas pelo setor contribuíram para essa mudança. Conforme destacam Boeira e Guivant (2003, p. 58 e 59), a saúde das famílias de agricultores que cultivam o fumo é sistematicamente agredida de diversas formas: pelo uso de agrotóxicos, pelo contato direto com a planta úmida (que libera nicotina, sendo absorvida pela pele) e pelo cheiro das folhas durante a secagem nas estufas.

A utilização de agrotóxicos traz outro o problema, o descarte das embalagens dos mesmos, que em muitos casos os agricultores familiares por não terem informação acabam estocando por longo tempo às embalagens na propriedade, aguardando o recolhimento pela empresa, o que em muitas situações não acontece de forma rotineira (DESER, 2003).

Frente a esta situação que vivem os agricultores produtores de tabaco, que na 52ª Assembleia Mundial de Saúde, ocorrida em 1999 propôs a adoção de um tratado internacional para o controle do tabaco. Neste primeiro momento, reúne-se o grupo de trabalho para o delineamento da convenção. Neste período uma representação brasileira assume a vice-presidência do grupo. Em maio de 2000, a 53ª Assembleia Mundial de Saúde criou o Órgão de Negociação Internacional, que ficou então responsável por conduzir o processo de elaboração e negociação do texto da convenção (INCA, 2013).

Conforme informações do Instituto Nacional do Câncer, o Brasil desempenhou um papel de destaque, tanto no processo de elaboração, quanto no processo de articulação e negociação deste tratado, com isso foi o segundo país a assinar a CQCT. A tramitação no Congresso Nacional iniciou no final de agosto de 2003, com a entrega oficial do texto pelos Ministros da Saúde e das Relações Exteriores durante o Seminário Internacional sobre a CQCT (INCA, 2013).

Mas a ratificação da CQCT pela Câmara dos Deputados ocorreu em meados de maio de 2004, praticamente um ano após a entrega dos documentos. Na sequência foi encaminhada para votação ao Senado Federal. Contudo, houve uma forte pressão de setores da indústria do tabaco, havendo o retardamento no processo de ratificação (INCA, 2013).

Com isso, o Senado Federal teve que realizar inúmeras audiências públicas, principalmente nas cidades produtoras de fumo no Sul e no Nordeste brasileiro. Nestes espaços os mitos sobre a CQCT que as indústrias de tabaco pregavam fora rebatidos e desmistificados pelos representantes do governo, entidades médicas e pela sociedade civil. Contudo, este processo mobilizou agricultores, que cientes dos benefícios da convenção, passaram a apoiar a ratificação da CQTC por meio de suas representações, sendo elas: o MPA, a Fetraf-Sul e a CUT (INCA, 2013).

No final de outubro de 2005, é ratificado pelo Senado Federal, após parecer favorável do relator da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, obtido através de um forte movimento do Poder Executivo, através da Casa Civil, dos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, das Relações Exteriores e da Fazenda, dos quais enviaram documento anexo à ratificação, retratando o comprometimento do Governo de garantir a atividade dos produtores de tabaco e apoiar aqueles que desejarem trabalhar com outras culturas (INCA, 2013).

Desta forma, conforme o artigo 3º, o objetivo da CQCT é de “proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco” (INCA, 2013).

Com isso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir da ratificação do CQTC, assumiu o compromisso com a implantação do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com tabaco, tendo como base os princípios desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, diversificação produtiva e participação social. O programa atua na qualificação do processo de produção e de desenvolvimento nas áreas de fumicultura, assim como na perspectiva da produção ecológica, mediante a redução do uso de agrotóxicos. (INCA, 2013).

3. METODOLOGIA

Para fim de entendimento do processo de pesquisa realizado no estudo, este capítulo apresenta os procedimentos e as definições que embasaram o presente trabalho.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O município de Santa Cruz do Sul está localizado no centro do Rio Grande do Sul, a cerca de 200 km de Porto Alegre e está inserido no Conselho de Regional de Desenvolvimento (COREDE) Vale do Rio Pardo⁶, sendo composta pelos municípios de Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Passo do Sobrado, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz, Passo do Sobrado. É nesta região que a produção de tabaco tem maior importância no Rio Grande do Sul.

A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Formação e Produção de Alimento e Energia São Francisco de Assis, criado pelo MPA e pela COOPERFUMOS com sede no município de Santa Cruz do Sul/ RS, buscando analisar as práticas da ATER tendo em vista o desenvolvimento sustentável da região.

Para tanto, adotou-se como metodologia para a realização do estudo o levantamento de informações bibliográficas que consiste na consulta de literatura especializada na área. Gil (1999, p. 65) destaca que, “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa consistiu num estudo de caso que tem sido utilizado para “explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos” (Gil, 1999, p. 73).

⁶ Informações retiradas da página eletrônica www.scp.rs.gov.br/atlas. Acesso em junho de 2013.

3.2. FONTE DE COLETA DOS DADOS

Para atingir aos objetivos propostos foram utilizadas informações e dados de fonte primária e secundária. As informações de fonte secundária foram coletadas a partir das informações disponíveis em documentos da COOPERFUMOS. Já os dados de fonte primária foram obtidos mediante entrevistas com os dirigentes e técnicos de ATER.

As informações secundárias foram coletadas a partir da análise de documentos disponibilizados pela COOPERFUMOS, como o estatuto, o currículo e a proposta técnica,

Para a coleta de dados de fonte primária, realizou-se visitas ao Centro de Formação e Produção de Alimento e Energia São Francisco de Assis, realizadas nos meses de janeiro, fevereiro, março de 2013. Nas visitas ao Centro, foram acompanhadas seis reuniões da equipe técnica, a fim de compreender como as atividades foram desenvolvidas. Na oportunidade foram realizadas entrevistas com os gestores da cooperativa (presidente e tesoureiro) para compreender o papel do Centro e em que as ações de ATER da cooperativa estão contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados, primeiramente analisou-se uma série de documentos sobre as mudanças ocorridas nos métodos e concepções de ATER nos últimos anos, para tanto foi feita uma revisão teórica. Tal análise contribuiu para realizar a análise das práticas de ATER da COOPERFUMOS.

Com a finalidade de compreender as práticas de ATER da COOPERFUMOS, analisou-se documentos da cooperativa e foram feitas reuniões periódicas com a equipe técnica e gestores da cooperativa.

Para observar se as práticas tem contribuído para o desenvolvimento sustentável da região a partir da nova concepção de ATER foi feita a comparação entre as práticas e o que se espera da nova concepção de ATER no Brasil.

4. ATER E AS PRÁTICAS DA COOPERFUMOS DO BRASIL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Neste capítulo inicialmente realizou-se análise sobre as mudanças na concepção de ATER no Brasil nos últimos anos. Em seguida, apresenta-se o Centro de Formação e Produção São Francisco de Assis, compreendendo como espaço estratégico para o desenvolvimento rural sustentável. Por fim analisa-se as práticas de ATER da COOPERFUMOS, analisando as suas contribuições para o desenvolvimento rural sustentável na região e observando sua convergência em relação a nova concepção de ATER brasileira

4.1 CONSTATAÇÕES ACERCA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

A ATER nos últimos anos tem demonstrado mudanças significativas, principalmente na sua prática, fato este ocasionado por alteração nos conceitos teóricos sobre desenvolvimento.

Neste aspecto, o papel do extensionista sempre esteve atrelado aos modelos de desenvolvimento e aos interesses vigentes em cada uma dessas etapas. Com a crise econômica, política e ambiental na década de 80, o avanço do neoliberalismo na década de 90, o modelo técnico de extensão rural entra em crise, principalmente no que tange ao seu papel e ao seu modo de intervenção (TAVARES; RAMOS, 2006).

Esta crise foi gerada a partir dos modelos convencionais de desenvolvimento e de desenvolvimento rural, que passaram a exigir diferentes estratégias e políticas públicas, com isso chegamos ao século XXI com uma indefinição acerca do papel do extensionista, pelo fato dos métodos de difusão de tecnologias, adaptados ao processo de modernização da agricultura, já não atenderem às exigências do meio rural (TAVARES; RAMOS, 2006).

Em resposta a esta crise, em meados de 2003 é criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) a partir do Decreto Nº 4.739, de 13 de junho. Tendo por missão:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. (MDA, 2004, p.9).

Para fim de cumprimento e de clareza da missão da PNATER, foram estabelecidos alguns princípios, dos quais citamos alguns deles:

Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, visando a potencialização do uso sustentável dos recursos naturais.

Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.

Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável. (MDA, 2004, p.9 e p.10).

Desta forma, pode-se observar que a missão e os princípios da nova política de ATER mostram a mudança de rumos a respeito das práticas difusionistas, que marcaram a história da extensão rural convencional.

Contudo, a missão da nova ATER exige dos técnicos uma visão holística, construindo metodologias de empoderamento dos atores sociais,

[...] por isto mesmo, na nova ATER, técnicos disponibilizam seus conhecimentos e não simplesmente os difundem, segundo o modelo clássico e a lógica linear do princípio de “estender” da fonte ao receptor (TAVARES; RAMOS, 2006, p. 11).

Como se observa, a postura dos técnicos deve procurar não ser de transmissor de tecnologias e de conhecimentos, mas de mediador entre o conhecimento dos camponeses e os conhecimentos dos técnicos, buscando promover “a participação através de metodologias e enfoques coletivos e participativos, na construção do conhecimento” (LIMA, 2006, p.6).

Diante disso, pode-se dizer que a assistência técnica e extensão rural na atualidade:

[...] é um conjunto bastante diverso de concepções e de práticas que se expressam em serviços técnicos e especializados de assistência, assessoria, apoio e consultoria, ofertados por organizações públicas ou privadas a uma enorme diversidade de tipos de agricultores (DIAS, 2007, p. 2).

Com isso, nota-se que as práticas de ATER, dependem basicamente do técnico que presta o serviço e/ ou da concepção que orienta a suas práticas. No entanto, muitas destas abordagens estão ligadas à concepção de desenvolvimento da entidade prestadora dos serviços de ATER, pois é partir desta compreensão que a entidade orienta as ações dos seus técnicos junto aos camponeses.

A prática de ATER inicialmente estava centrada na pesquisa, ou seja, na transferência de informações e conhecimentos e baseava-se em um modelo hierárquico, no qual o técnico muitas vezes colocava as ações na propriedade de cima para baixo a fim de resolver os problemas diagnosticados. Mas este método mostrou-se pouco eficaz, pelo fato dos camponeses não se sentirem estimulados a adotar novas técnicas e procedimentos (ROGERS, 1993).

Este método vem sendo superado por parte de alguns profissionais e entidades de ATER. Esta nova abordagem sugere que ao invés de transferir tecnologias, a prática de ATER deveria partir da realidade vivida dos camponeses, dos conhecimentos existentes, levando em contas as preocupações imediatas. Contudo, há problemas com este método, pois continua a considerar os camponeses como pessoas que têm recursos escassos e que só podem contribuir no processo expondo suas demandas e necessidades (ROGERS, 1993).

Desta forma, é necessário uma mudança para além das que ocorreram ao longo da história e das que estão ocorrendo recentemente sobre as práticas e os objetivos de assistência técnica e extensão rural. Alguns indicativos desta mudança já são percebíveis pelas críticas decorrentes ao modelo de ATER atual e pelas práticas de algumas entidades prestadoras.

Conforme coloca Sosa (2012):

[...] não se quer excluir o técnico, nem os pesquisadores. Pelo contrário, os primeiros devem facilitar o processo de intercâmbio e comunicar os resultados obtidos pelos pesquisadores nas capacitações que dão aos promotores. No entanto, embora não os exclua como participantes, sim, exige deles uma mentalidade diferente, atitudes diferentes, pois já não são os donos da verdade, e sim participantes com papéis definidos (SOSA, 2012, p. 69).

Portanto, para um novo método de ATER as instituições e os técnicos precisarão desenvolver uma nova relação com os camponeses, uma relação de colaborador, aprendendo junto, tendo o espaço de unidade de produção camponesa como local de pesquisa e de troca de conhecimentos, bem como desenvolver a capacidade de ouvir, observar e compartilhar com humildade.

Nesse aspecto, o papel da ATER deve-se levar em consideração, a realidade das famílias fumicultoras, buscando dialogar e mostrar a importância da diversificação da produção, pelo fato de não depender somente de uma única cultura como renda para a unidade de produção.

4.2 AÇÕES DA COOPERFUMOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

4.2.1 O papel do Centro de Formação e Produção de Alimentos e Energias São Francisco de Assis

Percebe-se na análise da situação do tabaco, que o município de Santa Cruz do Sul concentra grande parte do parque industrial do tabaco. Na safra de 2002/ 2003, os produtores vivenciaram momentos críticos com a comercialização, pelo fato da quebra de safra e por ocasião do protocolo assinado por entidades que representam os agricultores, deixando assim, milhares de produtores sem condições de pagar suas dívidas, bem como de se sustentarem, visto que poucos continuam a produzir seus alimentos (DESER, 2003).

A partir de debates e de articulação do MPA⁷ que é fundada em 15 de março de 2004 a Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil Ltda. – COOPERFUMOS, com sede em Santa Cruz do Sul/ RS. A escolha da sede se deu exatamente por ser este município berço da instalação de grandes empresas do tabaco (COOPERFUMOS, 2011).

Segundo documentos de sua trajetória histórica, estão associados à cooperativa, não apenas camponeses produtores de fumo, mas camponeses em geral organizados através do MPA. Atualmente estão associados praticamente treze mil camponeses e camponesas de diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

Desde sua fundação a cooperativa desenvolve vários projetos no intuito de melhorar a qualidade de vida e a geração de renda das famílias camponesas associadas. Todos os projetos são no sentido da diversificação da produção agrícola, da melhoria das condições de produção, do fortalecimento da organização e da busca de melhores condições de vida aos camponeses e camponesas. Para tanto, em 2008 a COOPERFUMOS a partir da doação de uma área de 41 hectares pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul às margens da ERS 412, a mesma iniciou a construção do Centro de Formação e Produção de Alimentos e Energias São Francisco de Assis, para isso a cooperativa contou com apoio da Petrobras, através do programa Desenvolvimento e Cidadania. O Centro foi construído ao mesmo tempo

⁷ O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias camponesas. Seu principal objetivo é a produção de comida saudável para as próprias famílias e também para todo o povo brasileiro, garantindo assim, a soberania alimentar do país. Além disso, busca o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais. Disponível em <http://www.mpabrasil.org.br/> acesso em junho de 2013.

em que formou 240 jovens e agricultores em Bioconstrução e Bioenergia, recebendo camponeses e o camponesas, especialmente jovens, para aprender praticando técnicas de produção agroecológicas, técnicas agroindustriais, organização social e da produção.

Em 2010, dando prosseguimento nas ações do Centro de Formação e Produção, foi iniciada a estruturação produtiva, mantendo a parceira da Petrobras. Nesta estruturação foram construídas diversas agroindústrias e fábricas. Sendo elas: fábrica de ração, fábrica de adubo orgânico, viveiro de mudas, agroindústria de mini processados de hortaliças, mini laboratório de análise química e, conseqüentemente, a conclusão da agroindústria de processamento de cana de açúcar e de processamento de óleo vegetal comestível. Estas unidades estão em fase de legalização para operacionalizar.

As atividades do Centro são acompanhadas por inúmeros camponeses e por toda a sociedade, sendo um símbolo ambiental, cultural e produtivo para a região e para o Estado do Rio Grande do Sul e referência obrigatória para as famílias agricultoras que buscam alternativas para diversificar a cultura do fumo, tanto que em maio de 2012 o Centro recebeu da Organização das Nações Unidas (ONU) o Prêmio ODM Brasil⁸ pela prática intitulada “Sustentabilidade Camponesa – Diversificação Produtiva na Região Fumageira”.

De acordo com documentos da cooperativa, atualmente o Centro de Formação está estruturado em quatro áreas, interligadas e organizadas de forma sistêmica:

A Primeira área está destinada a produção de Alimentos e Energia. Nesta área está implantada a agroindústria de derivados de cana de açúcar e sorgo sacarino, que produz doces, açúcar mascavo, rapaduras, melado, aguardentes e álcool, comportando uma micro-usina de álcool com equipamentos necessários para todas as fases da produção e processamento da cana de açúcar e do sorgo sacarino, bem como plantio adensado de árvores com bom potencial calorífico para suprir a necessidade de lenha para a caldeira. A Micro usina de produção de biodiesel processa óleos de fritura saturados recolhidos em cidades da região, contribuindo para a reciclagem deste problemático resíduo de restaurantes e cozinhas. O biodiesel produzido é usado em tratores e caminhões da própria cooperativa.

A Segunda área está destinada a produção de alimentos: criação de bovinos de leite e corte com Pastoreio Racional Voisin, PRV, em sistema agrossilvipastoril. Os animais também tem à disposição os subprodutos da micro usina de cachaça e álcool, bagaço e vinhoto, assim

⁸ Objetivos do Milênio - Em 2000, a ONU – Organização das Nações Unidas, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 Objetivos do Milênio – ODM, que no Brasil são chamados de 8 Jeitos de Mudar o Mundo – que devem ser atingidos por todos os países até 2015, disponível em <http://www.objetivosdomilenio.org.br/>. Acesso em junho de 2013.

como as pontas da própria cana de açúcar. Existe uma horta ecológica com produção de hortigranjeiros que fornece alimentos para os cursos de capacitação para camponeses e camponesas. A horta está integrada com a produção de suínos e galinhas caipiras, sendo estas atividades destinadas ao consumo interno do centro; pomar de frutas com diversas espécies, especialmente nativas. No local, ainda cultiva-se diversos produtos como feijão, mandioca, batata doce, abóbora, milho, linhaça, girassol, gergelim, amendoim, cana, sorgo sacarino, mamona, ervilhaca, feijão guandu, feijão de porco, melancia, aveia.

Há nesta segunda área, Casa de Sementes Crioulas, com 50 tipos, entre espécies e variedades em fase de multiplicação, para distribuição às famílias camponesas. Está também implantado um pequeno horto medicinal com finalidade de disponibilizar chás caseiros e medicamentos populares fitoterápicos para os frequentadores, cursistas e colaboradores. Por fim, destaca-se nesta segunda área a agroindústria de mini processado de hortaliças e a de processamento de óleo vegetal comestível. A fim de dar suporte às agroindústrias o mini laboratório de análises químicas.

A terceira área destina-se a armazenagem, secagem, industrialização e distribuição de grãos: Silos de armazenagem de grãos; unidade extratora de óleo vegetal para fornecimento à indústria de biodiesel e com este projeto a instalação de agroindústria de óleos vegetais comestíveis que está em fase de conclusão. A partir da unidade de extração de óleos vegetal, está instalada Fábrica de Adubo Orgânico e de legalização a Fábrica de Ração, aproveitando os resíduos para estes subprodutos, agregando valor e fornecendo aos camponeses insumos com menor custo e qualidade diferenciada, superando a dependência fóssil de fertilizantes para os camponeses, dando início do processo de transição agroecológica. Nesta área está implantado viveiro de mudas nativas com frutíferas nativas, madeireiras, melíferas a fim de fornecer mudas aos projetos agroflorestais e para recuperação de matas ciliares.

Na Quarta área encontra-se o Centro de Formação Profissionalizante: Sendo este construído seguindo os princípios da bioconstrução, podendo ser replicáveis nas comunidades camponesas, com as técnicas conhecidas como superadobe e terra palha. Neste local há espaço de escritórios, sala de reunião, auditório, refeitório, cozinha que são utilizados para os momentos de formação e capacitação dos camponeses e camponesas e técnicos.

Desta forma, o centro de formação e produção da COOPERFUMOS cumpre um papel importante na região em que está inserido, contrapondo a realidade da região de Santa Cruz do Sul que conta uma infraestrutura voltada para a indústria do tabaco, servindo como base para ações em vista o desenvolvimento rural da região, pelo fato de possibilitar às famílias

camponesas desenvolver estratégias para diminuir sua dependência, retomar a autonomia e reconstruir saberes e práticas abandonadas nos últimos anos.

4.2.2 A prática de ATER da COOPERFUMOS a partir do Programa Nacional de Diversificação da Cultura do Tabaco.

A prática de ATER da COOPERFUMOS constitui-se a partir do Programa Nacional de Diversificação da Cultura do Tabaco que tem por objetivo:

Apoiar a implementação de projetos de extensão rural, formação e pesquisa para desenvolver estratégias de diversificação produtiva em propriedades de agricultores familiares que produzem fumo e criar novas oportunidades de geração de renda e qualidade de vida às famílias (MDA, 2010, p.9).

O programa é coordenado pela Secretaria de Agricultura Familiar por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. É uma das ações no âmbito do CQCT, sendo que as ações do programa baseiam-se em eixos estratégicos da SAF/MDA e em princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Segundo o documento do MDA/ SAF (2010), o programa de diversificação, estrutura-se em cinco eixos, sendo eles: Desenvolvimento Sustentável; Segurança Alimentar; Diversificação do Sistema Produtivo; Participação; Parcerias (MDA, 2010, p.9 e p.10).

Desta forma, o estudo proposto ocorreu a partir da proposta técnica apresentada pela COOPERFUMOS, que teve como objetivo geral:

Construir, através de Assistência Técnica e Extensão Rural qualificada, alternativas produtivas viáveis para Agricultores e Agricultoras Familiares da Região Fumageira do Rio Grande do Sul, a fim de gerar melhores condições de vida, renda e sustentabilidade⁹ (COOPERFUMOS, 2011, p.9).

Em resumo, os objetivos específicos da proposta de ATER, visam:

Implementar sistemas diversificados e combinados de produção de alimentos e energia¹⁰, fitoterápicos e energia com ênfase na sustentabilidade, estimulando a implantação de agroflorestas e sistemas agrofloretais [...] gerar autonomia da produção através do controle genético de sementes e mudas (COOPERFUMOS, 2011, p.9).

⁹ Conforme proposta técnica apresentada pelo COOPERFUMOS ao Lote 01.

¹⁰ São sistemas de produção altamente diversificados que tem como base social as famílias e as comunidades camponesas; integram produção animal e vegetal (agrícola e florestal); Priorizam a produção para o autoconsumo e para o mercado local; preservam os recursos ambientais estratégicos como água, solo e biodiversidade; combinam plantios anuais com plantios perenes; buscam a autonomia genética e tecnológica e integram novos conhecimentos e novas técnicas ao conhecimento já existente, sem deixar que os novos conhecimentos desintegram o sistema (Instituto Cultural Padre Josimo, 2009, p. 31).

A proposta técnica apresenta como concepção metodológica a educação popular, o trabalho de base, a vivência prática, a abordagem dialética e dialógica, a agroecologia, o protagonismo popular, jovem e feminino (COOPERFUMOS, 2011, p.15). Com isso percebe-se, que o método apresentado dialoga na construção de um novo paradigma de ATER.

O projeto prevê atividades coletivas e individuais. As atividades individuais foram: diagnósticos e visitas técnicas. E as atividades coletivas foram: seminário de planejamento, reuniões grupais, cursos, dias de campo. Todas as atividades seguiam três eixos orientadores sendo eles: atividades produtivas diversificadas e sustentáveis; gestão das unidades familiares de produção e organização social e comercialização. (MDA, 2011, p.11).

Para fim de análise, considera-se como prática desenvolvidas pela COOPERFUMOS do Brasil, as visitas técnicas, kit de diversificação, reuniões grupais, cursos, dias de campo, integração com as escolas no meio rural e articulação de outras políticas públicas.

a) Visitas técnicas: Para o desenvolvimento desta prática a cooperativa, teve como base o diagnóstico aplicado, para dialogar com os camponeses. Para isso foram realizadas três visitas nas propriedades prestando orientação. As visitas técnicas objetivavam contribuir para que os camponeses desenvolvessem pequenas ações em vista da diversificação da cultura do tabaco. Percebeu-se que a postura dos técnicos foi de mediador, buscando discutir e apresentar as possibilidades para a diversificação, para isso utilizou-se do kit de diversificação.

b) Kit de diversificação: teve a finalidade de responder os objetivos da chamada pública quanto as ações previstas na CQTC e do programa de diversificação em áreas cultivadas com tabaco a COOPERFUMOS, bem como a partir das novas concepções de ATER. A cooperativa por meio das parcerias criou o que a mesma denominou de “kit de diversificação”: sementes de milho, feijão, hortaliças, linhaça todas estas crioulas; mudas de árvores nativas e frutíferas, pequenos animais de raças crioulas. Na prática, o kit de diversificação contribui para que os camponeses deslumbrassem alternativas para o cultivo do tabaco. Em diálogo com os camponeses, os mesmos retrataram que o “kit” proporcionou estímulo para resgatarem práticas abandonadas, como a produção de alimentos, como por exemplo, a construção de uma horta próxima a casa. Os kits de sementes que foram distribuídos serviram como estímulo para a produção de milho e feijão crioulos. Muitos camponeses viram nesta ação a possibilidade de retomar a seleção de sementes para futuras plantações, desta forma, não precisarão na próxima safra adquirir sementes.

c) Reuniões Grupais: As reuniões foram desenvolvidas nas comunidades rurais, tendo por finalidade debater os eixos centrais do projeto, bem como serviam de avaliação processual

e planejamento da assistência técnica. As reuniões proporcionavam o reencontro das comunidades, pois em diversas delas as famílias não se reuniam para debater os problemas existentes.

d) Cursos: As atividades formativas foram desenvolvidas de acordo as temáticas definidas no seminário de planejamento, que partiram da necessidade dos próprios camponeses. Muitos dos cursos foram desenvolvidos nas propriedades dos agricultores, outros no Centro de Formação e Produção nas agroindústrias. As temáticas dos cursos foram diversas, tais como: piscicultura, fabricação de rações alternativas, produção de caldas para controle biológico de pragas, avicultura colonial, plantas medicinais, gestão da unidade de produção camponesa e de plantas medicinais.

e) Dias de Campo: Para os dias de campo foram previstas ações de caráter prático e teórico, sendo estes desenvolvidos em locais em que já estava em andamento ou consolidada uma prática de diversificação, para fim de demonstrar aos camponeses que é possível e existe alternativas rentáveis para a diversificação. Alguns dos dias de campo foram realizados em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa – Clima Temperado, que teve como finalidade de conhecer as experiências produtivas voltadas para a agricultura camponesa.

f) Integração com escolas no meio rural: Esta ação ocorreu como forma de envolver os filhos dos camponeses beneficiários. As prática desenvolvida foi palestras e oficinas nas escolas das comunidades rurais, desenvolvendo atividades práticas nas escolas que podem ser replicadas na propriedade ou na própria comunidade.

g) Articulação de outras políticas públicas: A articulação com outras políticas públicas ocorreu de forma simultânea com as visitas técnicas, ocorrendo por meio de transferências de informações ou por intermédio da elaboração de projetos de investimentos do PRONAF e envio de propostas de moradia por meio do Programa Nacional de Habitação Rural.

Percebe-se que através da prática da assistência técnica da COOPERFUMOS, aconteceu diálogo com as políticas públicas, principalmente integrando estas ações juntos aos camponeses, tendo o Centro de Produção e Formação como espaço estratégico de estímulo a diversificação da cultura do tabaco, diminuindo assim a dependência e reconstruindo a autonomia, saberes e práticas abandonadas ao longo do tempo pelos camponeses. Possibilitando assim, construir novas referências para o desenvolvimento rural sustentável da região.

Portanto, as ações práticas de ATER da COOPERFUMOS demonstram a ligação que há com as novas concepções de ATER, onde os técnicos aprenderam e ao mesmo tempo ensinaram, colocando-se como colaboradores. Desta forma, com as ações práticas

promoveram o melhoramento na qualidade de vida, recuperou-se relações de co-produção com a natureza, incentivando o desenvolvimento da região a partir da diversificação da produção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve o objetivo de identificar a contribuição da ATER para o desenvolvimento rural na região de Santa Cruz do Sul. Desta forma procurou-se analisar a mudança na concepção da ATER ocorrida ao longo dos últimos anos, analisar as práticas de ATER desenvolvidas pela COOPERFUMOS e observar se as práticas têm contribuído para o desenvolvimento sustentável da região a partir da nova concepção de ATER. Para isso, utilizou-se de documentos disponibilizados pela cooperativa, visitas ao Centro de Formação e Produção, acompanhamento de reuniões dos técnicos e de conversas com os gestores da cooperativa.

Nos últimos anos presenciou-se mudanças significativas sobre o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil. Estas mudanças podem ser percebíveis com a criação na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Com isso, está se formando uma nova concepção de ATER, da qual as instituições e seus técnicos necessitarão criar novas relações com os camponeses, se colocando como colaborador, compreendendo o espaço da unidade de produção camponesa como local de pesquisa e de troca de conhecimentos.

Quanto às ações da COOPERFUMOS, pode-se considerar que o Centro de Formação e Produção de Alimento e Energia São Francisco de Assis cumpre papel importante dentro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável na região, pelo fato de ser um local onde os camponeses podem desenvolver práticas, trocar informações a fim de diminuir a sua dependência. Enquanto as práticas de ATER que foram desenvolvidas, procuraram dialogar com a realidade das famílias camponesas, com as políticas públicas, buscando ajudar nas necessidades das mesmas, a fim de criar melhores condições de vida e sustentabilidade.

Portanto, as ações da COOPERFUMOS vão ao encontro das novas concepções de ATER, dentro de uma perspectiva de empoderamento das famílias de camponesas e de compreensão da necessidade de perceber por parte das instituições de ATER e consequentemente de seus técnicos de que o meio rural além de um espaço de produção é um local de reprodução da vida.

Como sugestão para futuros trabalhos, acredita-se ser necessário observar a efetividade das práticas de ATER junto aos camponeses, pois percebeu-se que muitos

camponeses enfrentam dificuldades em vencer as barreiras para a diversificação da cultura do tabaco.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário**. 2ª Campinas: Unicamp, 1998.
- BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. 1ª edição São Paulo: Atlas, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília, DF: SAF; DATER, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. Brasília, DF: SAF; DATER, 2010.
- BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. S. **Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos**. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003.
- CAMPOS, C. S. S. **Fatores que explicam o crescimento econômico de cooperativas agropecuárias do sul e sudeste de Goiás na década de 1980**. Monografia de conclusão do curso de graduação em Economia. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 1993;
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/ SAF/ DATER/ ICA, 2004.
- CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CERIOLI, P. **Uma concepção de desenvolvimento rural**. Caderno de cooperação agrícola, nº 1. Agosto, 1993.
- Convenção Quadro para o Controle do Tabaco. Disponível em: <http://actbr.org.br/pdfs/CQCT.pdf>. Acesso em junho de 2013.

- COOPERFUMOS. **Assistência técnica para diversificar a produção fumageira – região Centro Oriental Riograndense**. Proposta técnica para chamada pública 04/ 2011 – Lote 01. Santa Cruz do Sul, 2011.
- DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Unicamp: São Paulo, 1985.
- DESER. **A cadeia produtiva do fumo**. Revista Contexto Rural. Ano III n° 04; Curitiba, 2003.
- DE JESUS, P. Desenvolvimento Local. In: A. D., CATTANI (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Vaz Editores, 2003;
- DEMO, P. S. **Estado, maldito mercado: De certas esquerdas que são direitas**. MIMEO, 2005.
- DIAS, M. M. (Org.). **Abordagens atuais sobre extensão rural**. Viçosa: UFV, 2007.
- FURTADO, C. **A invenção do subdesenvolvimento**. In: Revista de Economia Política, abr./jun.: 1995.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª São Paulo: Atlas, 1999. GÖRGEN, S. A. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. 2ª Porto Alegre: 2004.
- GREGOLIN, A. C.; PERACI, A. S. **Diversificação em áreas cultivadas com tabaco: uma ação de ATER necessária**. Disponível em www.territoriosdacidadania.gov.br/. Acesso em junho de 2013.
- GLIESSMANN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2ª Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- INSTITUTO CULTURAL PADRE JOSIMO. **A agricultura camponesa e as energias renováveis: Um guia técnico**. 1ª Porto Alegre: Padre Josimo, 2009.
- LIMA, I. S. . **A Participação como Estratégia no Contexto da Transição de uma nova Prática da Extensão rural para o desenvolvimento local**. UNI-revista (UNISINOS. Online), v. vol 1, p. 01-15, 2006.
- MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.
- PRADO J. C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ROGERS, A. **A extensão rural de terceira geração: em direção a um modelo alternativo**. The Rural Extension Bulletin. Reading: AERDD, nº3: 1993.
- SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SCARSI, J. C. et al. (Org.). **Educação e participação**. Brasília: IICA/ MEC, 1985.
- SOSA, B. M. et al. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

TAVARES, J.; RAMOS, L. **Assistência técnica e extensão rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: 2006.

SITES CONSULTADOS:

<http://www.ambientebrasil.com.br>>; Acesso em 22 junho de 2013.

http://www2.inca.gov.br/wsw/wcw/connect/observatorio_controle_tabaco. Acesso em 22 junho de 2013.

<http://www.scp.rs.gov.br/atlas>. Acesso em junho de 2013.

http://www.santacruz.rs.gov.br/?acao=conteudo&menus_site. Acesso em junho de 2013.

<http://www.sindifumo.com.br/> acessado em junho de 2013.

<http://www.afubra.com.br/> Dados da distribuição fundiária (2011/ 2012). Acesso em junho de 2013.

<http://santacruz.rs.gov.br/geo/>. Acesso em junho de 2013.

<http://www.mpabrazil.org.br/> acesso em junho de 2013.

<http://www.objetivosdomilenio.org.br/>. Acesso em junho de 2013.

http://portal.mda.gov.br/portal/institucional/Chamamento_de_Projetos. Acesso em junho de 2013.